



Lei que atualiza política de cotas é sancionada

A nova Lei de Cotas foi sancionada pelo presidente Lula. O ato ocorreu no dia 13/11, em Brasília. Entre outras mudanças, o Projeto de Lei determina que os candidatos do sistema de cotas tenham renda per capita familiar igual ou inferior de 1 salário-mínimo (R\$ 1.320). A lei anterior exigia renda per capita de 1,5 salário-mínimo (R\$ 1.980). Além de negros e índios, o novo sistema inclui também os quilombolas. Outra novidade é que estudantes em situação de vulnerabilidade sejam priorizados no recebimento de auxílio estudantil e, ainda, que as instituições federais promovam políticas de inclusão. De 2012 a 2023, dos 810 mil cotistas que ingressaram no SISU (Sistema de Seleção Unificada), quase 500 mil se declararam pretos, pardos e indígenas e se matricularam nas instituições de ensino superior públicas.



Acesse e leia mais!



Jornal dos Sindicatos dos Bancários de Paranavaí, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava



www.cut.com.br



www.contrafcut.com.br



www.fetecpr.org.br

ANO 28 - NÚMERO 444
20 A 24/11/2023



Planos de saúde de autogestão são importantes para os trabalhadores

Os planos de autogestão em saúde estão entre as principais conquistas de algumas categorias de trabalhadores, entre elas os bancários.

Página 4

Contraf-CUT cobra acolhimento de bancários adoecidos

Em reunião com a Fenaban, a Contraf-CUT informou que há muitas denúncias, inclusive casos de bancários que ficaram sem dinheiro para comprar remédios e para sua própria subsistência, porque os descontos foram realizados de uma única vez. Leia mais na **Página 3**

Fórum debateu desigualdade e racismo no setor financeiro

O VII Fórum Nacional pela Visibilidade Negra no Sistema Financeiro foi realizado nos dias 10 e 11/11, em Porto Alegre (RS). Sob organização da Contraf-CUT, o evento promoveu debates sobre a conjuntura histórica das relações de trabalho e raciais no Brasil, propondo a inclusão de pretos e pretas no setor financeiro. **Página 2**



Proposta do BB sobre caixa executivo é insuficiente

Página 3

Trabalhadores cobram justiça tributária

Página 3

Fórum debateu desigualdade e racismo no setor financeiro

Bancos pagam salários menores para negros e negras



Acesse e leia mais!

Na categoria bancária, as negras e os negros autodeclarados somam apenas 110 mil trabalhadores, o que representa apenas 24% do total de

trabalhadores no setor, sendo que, destes, 11,4% são mulheres. Essa parte da população é também a que recebe os menores salários, evidenciando ainda mais a desigualdade. Enquanto a média salarial das mulheres da categoria em 2021 era de R\$ 8.812,11, a das mulheres pretas era de R\$ 7.023,55, em média 40,6% inferior à remuneração do bancário branco do sexo masculino.

Nos cargos de liderança, o recorte de raça e gênero mostra uma realidade ainda mais absurda: brancos representavam, em 2021, 75,5% dos ocupantes dos cargos, contra 20,3% da população preta e parda nessas posições. As mulheres pretas e pardas são apenas 8,8% desse universo.

Apresentados durante o VII Fórum Nacional pela Visibilidade Negra no Sistema Financeiro, os dados fazem parte de um relatório sobre os negros e negras no mercado de trabalho, que será lançado no dia 20/11, pelo Dieese.

Diante das desigualdades, os participantes do fórum defenderam um novo modelo de sistema financeiro, menos racista e que pense mais coletivamente.



Acesse e leia mais!

O dirigente do Pactu e representante titular da Comissão de Gênero, Raça e Orientação Sexual da Contraf (CGROS), Elias Soares, participou da abertura e da primeira mesa do VII Fórum pela Visibilidade Negra no Sistema Financeiro

Theodoro, doutor em Economia pela Universidade de Sorbonne, na França, o mercado de trabalho é um dos motores que reproduzem as desigualdades no país, sobretudo no setor financeiro. “Há falta de oportunidades para pessoas negras”, sublinhou.

Para ele, a lei das cotas ajudou a “quebrar um pouco o motor da desigualdade”, mas ainda há muita disparidade em vários setores. Theodoro sugeriu que para combater o racismo no setor bancário é preciso garantir não só uma maior contratação de pessoas negras, mas também a possibilidade de progressão na carreira. É o que a Contraf-CUT tem defendido há anos.

O VII Fórum Nacional pela Visibilidade Negra no Sistema Financeiro foi realizado nos dias 10 e 11/11, em Porto Alegre (RS). Sob organização da Contraf-CUT, o evento promoveu debates sobre a conjuntura histórica das relações de trabalho e raciais no Brasil, a participação dos negros e negras no mercado de trabalho, o empoderamento da mulher negra no trabalho e na vida e as políticas de inclusão de negras e negros no mercado de trabalho, entre outros temas. Entre dezenas de participantes estavam os representantes do Pactu: Wendrel Minare Vieira, de Paranavaí, Elias Soares e Edilson José Gabriel, de Umuarama.

Um dos momentos mais importantes foi justamente o painel sobre a conjuntura histórica das relações de trabalho e raciais no Brasil e suas consequências na vida da população negra. Segundo o professor Mário

Censo da Diversidade nos bancos. Também defendeu protocolos de intenção envolvendo governo federal e bancos, visando maior inclusão no setor financeiro.

Por fim, os participantes do Fórum debateram uma série de ações afirmativas ocorridas no Brasil ao longo de anos de lutas contra o racismo. A conclusão é de que a dívida social do país com os negros e negras ainda é grande e os bancos precisam fazer a sua parte.



Acesse e leia mais!



Plano propõe inclusão de pretos e pretas no setor financeiro

O VII Fórum Nacional pela Visibilidade Negra no Sistema Financeiro terminou com a aprovação de seis medidas de incentivo à diversidade no setor que inclui bancos, financeiras e empresas de cartão de crédito. Entre as propostas aprovadas estão, por exemplo, criação de incentivos para empresas que desenvolverem programas de inclusão racial e negociar com a Fenaban a reserva de 30% das cotas raciais para contratação de empregados em bancos privados. Outra proposta é a realização de um novo

SAÚDE

Categoria exige acolhimento de bancários adoecidos



Caixa executivo

Proposta do BB é insuficiente

Na audiência de conciliação entre o Banco do Brasil e a Contraf-CUT, ocorrida no dia 10/11, o banco apresentou uma proposta que não protege os trabalhadores no plano de extinção da função de caixa. Em 2021, a Contraf-CUT conseguiu na Justiça uma liminar, ainda em vigor, impedindo o BB de prosseguir com o plano. O BB deveria apresentar uma proposta de incorporação da gratificação aos caixas que exercem a função há mais de 10 anos. Para os demais caixas, teria que haver proposta de transição de carreira. Entretanto, como o banco não apresentou proposta que garanta a proteção dos trabalhadores, não houve avanço. O tema segue agora para julgamento, ainda sem data para acontecer. Enquanto isto, o BB fica proibido de extinguir a função de caixa e a gratificação para os escriturários que cumprem a função.

Aposentados

Comissão Nacional debate ações



A Comissão Nacional de Aposentadas e Aposentados da Contraf-CUT se reuniu pela primeira vez na sede da entidade, em São Paulo, nos dias 13 e 14/11. Criada recentemente, a Comissão tem por objetivo debater e defender políticas específicas para os aposentados e aposentadas. Juvandia Moreira, presidenta da Contraf-CUT, afirmou que com tanta gente experiente compondo a Comissão, o debate é de alto nível. Nessa primeira reunião os membros da Comissão deram início ao planejamento e sistematização das propostas para o plano de atuação.

O Coletivo Nacional de Saúde da Contraf-CUT se reuniu dia 13/11 com a Comissão de Negociações da Fenaban e exigiu tratamento humanizado para bancários e bancárias adoecidos e que buscam tratamento e afastamento pelo INSS. Há registros de trabalhadores que sofreram descontos significativos na folha de pagamento, relacionados ao adiantamento emergencial previsto na Cláusula 65 da CCP, mesmo tendo recorrido junto ao INSS e tido o benefício garantido judicialmente. A Contraf-CUT denunciou que há casos de bancários que ficaram sem dinheiro para

comprar remédios e para sua própria subsistência, porque os descontos foram realizados de uma única vez. O transtorno financeiro acaba agravando o problema de saúde. Por isto, a categoria cobra a criação, pelos bancos, de um canal de acolhimento, para atendimento específico sobre o tema de bancários adoecidos. Os bancos não responderam e o tema voltará à discussão em nova reunião agendada para o dia 24 de novembro.



Acesse e leia mais!

Trabalhadores cobram justiça tributária

No dia 14/11, trabalhadores realizaram um Dia Nacional de Luta Por Reforma Tributária Justa. As manifestações ocorreram nas principais cidades, com apoio da Contraf-CUT e mais de 70 entidades que fazem parte da campanha pela tributação dos super-ricos. O objetivo é alertar sobre a necessidade de mudanças no sistema tributário, no sentido de garantir justiça fiscal, tributária e redução das desigualdades social e econômica do país. Para a Contraf-CUT, a primeira parte da reforma tributária que está em tramitação no Congresso Nacional promoverá mudanças, mas não o suficiente. A segunda parte da reforma, que trata da renda, está apenas começando e é fundamental para um país mais justo. Para garantir isso, é preciso muita pressão sobre o Congresso Nacional e a participação da sociedade é fundamental.



Acesse e leia mais!

Planos de saúde de autogestão

Importância e desafios

Projeto ameaça planos de autogestão em saúde

O Projeto de Lei 7.419 é um velho conhecido do movimento de defesa da saúde suplementar no Brasil. Em tramitação desde 2016, a proposta reúne 270 projetos de lei que, em conjunto, podem alterar toda a estrutura legal do mercado de saúde suplementar e flexibilizar as regras para os planos de saúde em detrimento dos direitos dos consumidores. A Anapar (Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão e dos Beneficiários de Saúde Suplementar de Autogestão) vem acompanhando os debates em Brasília e fomentando discussões em eventos como o seminário "Caminhos para o fortalecimento das autogestões em saúde", realizado em 21/09, no Distrito Federal. Durante o evento, a direção da Anapar defendeu a criação de um marco legal específico dos planos de autogestão em saúde, que os diferencie dos planos de saúde privados. Um dos desafios apontados é justamente fazer com que os trabalhadores entendam o que são as autogestões em saúde, como elas funcionam e qual a sua importância.



SOLIDARIEDADE

Os planos de autogestão já nascem com o princípio da solidariedade. Um bom exemplo é o Saúde Caixa. O plano é fundamentado pelo mutualismo e o pacto intergeracional, premissas que o diferenciam de um plano de mercado. O percentual descontado de um salário maior vai viabilizar o custeio do plano de quem recebe menos. O pacto intergeracional garante uma carteira equilibrada entre jovens (em maior quantidade) e idosos (de maior risco), de maneira que os mais novos ajudam a custear os mais velhos, garantindo bom atendimento e qualidade de vida e manutenção das regras de custeio após a aposentadoria. No final das contas, um plano de mercado custaria bem mais caro.

O trauma democrático sofrido pelo país entre 2018 e 2022, durante o governo de extrema direita comandado por Jair Bolsonaro (PL), promoveu um completo desmonte de várias políticas públicas. Os planos de saúde complementar estão entre os mais duramente atingidos, principalmente os planos de autogestão. É por isto que, atualmente, têm se intensificado os debates sobre a situação dos planos de autogestão em saúde, em busca da retomada do seu fortalecimento. Não é exagero afirmar que planos de autogestão em saúde estão entre as principais conquistas de algumas categorias de trabalhadores. Entre elas, notadamente, os bancários. Antes de tudo, vale lembrar que sistema de autogestão é uma das modalidades que compõem o setor de saúde suplementar. O sistema é constituído por empresas ou associações para oferecer um plano de assistência à saúde aos empregados da empresa, complementando e até mesmo aliviando o atendimento prestado pelo SUS. Diferente dos planos de mercado, os de autogestão não têm fins lucrativos. Por isso, ele não tem propósito de ser superavitário e não deve ser deficitário. O objetivo é manter um plano com equilíbrio entre receitas e despesas. No segmento bancário, que é um dos pioneiros na conquista de planos de autogestão em saúde em negociações coletivas, há vários exemplos: Cassi, pertencente aos funcionários do Banco do Brasil, o Saúde Caixa, dos empregados da Caixa, e o Itaú Saúde, dos empregados do Itaú, entre outros.

Lobby do bem

Bancários contribuem para alterar regra de tributação em previdência

Após anos de luta, associados e associadas de entidades fechadas de previdência complementar conseguiram a aprovação do Projeto de Lei 5.503/2019, que permite ao associado ou associada de fundos de pensão optar pelo regime de tributação, se regressivo ou progressivo. A lei anterior (11.053), obrigava que a escolha do participante fosse feita até o último dia útil do mês subsequente ao ingresso do plano. Desde 2019, quando a proposta começou a tramitar no Congresso, a Contraf-CUT faz o diálogo com parlamentares, pressionando pela sua aprovação. O projeto, segundo a Contraf-CUT, sempre foi uma reivindicação dos bancários e bancárias, ligados aos fundos de pensão. Com a mudança, o associado ou associada de fundos de pensão não precisa mais dar um tiro no escuro, com risco maior de fazer uma escolha errada, décadas antes de se aposentar. O Brasil tem atualmente uma população de quase 17 milhões de pessoas no regime de previdência complementar, que serão diretamente beneficiadas pelo projeto.